



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANDREZZA SANTOS RAMOS

**A CONTABILIDADE PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL:
UM ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DOS ELEMENTOS CONTÁBEIS PELOS
CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2020**

ANDREZZA SANTOS RAMOS

**A CONTABILIDADE PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL:
UM ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DOS ELEMENTOS CONTÁBEIS PELOS
CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz

**JOÃO PESSOA
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R175c Ramos, Andrezza Santos.

A contabilidade pública como instrumento de controle social : um estudo sobre a compreensão dos elementos contábeis pelos conselheiros municipais do orçamento participativo do município de João Pessoa / Andrezza Santos Ramos. - João Pessoa, 2020.

40 f. : il.

Orientação: Dimas Barrêto de Queiroz.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Controle social. 2. Orçamento participativo. 3. Conselheiros municipais. I. Queiroz, Dimas Barrêto de. II. Título.

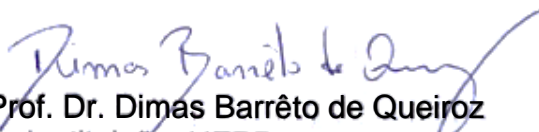
UFPB/BC

ANDREZZA SANTOS RAMOS

**A CONTABILIDADE PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL:
UM ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DOS ELEMENTOS CONTÁBEIS PELOS
CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz
Instituição: UFPB

Membro: Prof^a. M.^a Mirza Cunha Saraiva
Instituição: UFPB

Membro: Prof. Me. Edson Franco de Moraes
Instituição: UFPB

João Pessoa, 31 de março de 2020.

Dedico este trabalho aos meus avôs
Diógenes (*in memoriam*) e Erivaldo (*in
memoriam*). Saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por sua bondade e misericórdia, por ser minha força em todos os momentos, por estar sempre guiando os meus caminhos e por ter me permitido chegar até aqui.

Ao meu pai, Felipe, e minha mãe, Erilma, por sempre me apoiarem, pelos cuidados e por tudo que me tornei, graças a vocês. Aos meus tios e tias, Ericka, Janaina, Júnior, Nenco, Rafael, Renata e Suzana, por tornarem minha vida mais feliz. A tia Luciana, por ser minha mãe e a tia Suênia, por ser referência para minha vida acadêmica e me ensinar a amar estar na UFPB.

As minhas avós Marta e Vilma, por serem amor e abrigo. A minha bisavó, Lindacy, por ser sinônimo de força e sabedoria.

Aos meus primos e primas, Amanda, André Lucas, Luan, Luana, Lucas Augusto, Lylyan, Manuela e Pedro, por serem meus irmãos.

Ao professor Dimas, pela orientação, pela paciência, pelas correções e pelos ensinamentos que possibilitaram a conclusão deste trabalho.

Ao meu eterno orientador Wenner, que esteve presente em grande parte da minha graduação, que me deu a oportunidade de conhecer e fazer parte de um projeto ímpar e inigualável, o projeto Educação Financeira para toda a Vida, que me tirou da minha zona de conforto e enriqueceu meu crescimento acadêmico, e por sua excessiva teimosia.

Agradeço especialmente a minha amiga Isabelle, por todo apoio, por toda paciência, por ter tornado essa caminhada menos solitária e por estar presente em todos esses anos.

Aos meus amigos, Ariadne, Bruno Pontes, Bruno Teodósio, Jakeline, Matteus, Thiago Souza e Ygor Leite, que tornam minha vida mais leve e que, com certeza, levarei por toda a vida.

Aos amigos que a Universidade me presenteou, Alexia, Alzieny, Mayara, Nahuan e Rayanne. A toda minha turma de 2016.1, que me acompanhou no decorrer desses anos e que é sinônimo de dedicação e talento.

Aos amigos que o projeto me deu, Lucas Emiliano, Débora, Eric, Isadora, Karol, Vitor Nayron e Warryson, entre dar aulas, grampear, corrigir, aplicar as provas da olimpíada e fazer visitas as escolas, vocês são minha parte preferida.

E, por fim, agradecer a quem mais lutou por esse trabalho: eu mesma.

“Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E, quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu.”

Érico Veríssimo

RESUMO

A formação de indivíduos mais conscientes da utilização dos recursos públicos e políticas praticadas pelos seus governantes impulsiona o exercício da cidadania e o controle social, o qual é realizado por meio do Orçamento Participativo, que elege conselheiros municipais para representar toda a população. Neste contexto, a compreensão dos elementos contábeis faz-se necessária como garantia de que as informações sobre a prestação de contas serão interpretadas em sua plenitude e as demandas populacionais possam ser exigidas corretamente. Desse modo, este trabalho teve como objetivo verificar qual o nível de compreensão dos conselheiros municipais do Orçamento Participativo, representantes da população, do município de João Pessoa acerca dos elementos contábeis contidos no orçamento público. Inicialmente, buscou-se conceituar o controle social, o orçamento participativo e explicar seu funcionamento em João Pessoa. Em seguida, para cumprir o objetivo do trabalho, realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva, qualitativa e de campo em que, para a coleta de dados, utilizou-se um questionário, respondido por 7 conselheiros e 6 suplentes. A análise dos dados foi realizada por meio da tabulação em planilhas, obtendo, assim, a frequência e o percentual das respostas, possibilitando a interpretação da percepção dos respondentes. Os resultados indicaram que, apesar de metade deles possuir pouco ou nenhum conhecimento sobre a informação contábil pública, a maioria dos respondentes buscam, com grande frequência, informações sobre a utilização do dinheiro público e que há um grande interesse de todos em conhecê-las, notando-se que é indispensável que o conhecimento acerca dos elementos contábeis seja aperfeiçoado para que o controle social possa ser praticado de forma íntegra.

Palavras-chave: Controle social. Orçamento Participativo. Conselheiros Municipais.

ABSTRACT

The formation of individuals who are more aware of the use of public resources and policies practiced by their government promotes the exercise of citizenship and social control. The social control is practiced in João Pessoa, Brazil, through Participatory Budgeting which elects municipal councilors to represent the entire population. In this context, the understanding of the accounting elements is necessary as a guarantee that the information on the government financial statements will be interpreted in its fullness and the demands of the population will be required correctly. Thereby, this study aims to verify if the level of understanding of the municipal councilors of the Participatory Budgeting who represent the population of João Pessoa, Brazil about accounting elements contained in the government budget. Firstly, the concepts of social control and participatory budgeting were placed as well as explained the functioning of the participatory budgeting in João Pessoa. Then, in order to fulfill the objective, a descriptive, qualitative and field research was conducted. The research made use of the questionnaire as a tool for data collection and the questionnaire was answered by 7 councilors and 6 alternates. The data analysis was made by tabulating spreadsheets and the frequency and percentage of the answers were obtained, which allowed the interpretation of the respondents' perception. The results indicated that although half of the respondents have little or no knowledge about public accounting information, most of them frequently seek out information about public expenditure and there is a great interest in the contents of account-giving. As a result of this, it's possible to realize that it's indispensable that the knowledge about accounting elements have to be improved so the social control can be fully practiced.

Keywords: Social Control. Participatory Budgeting. Municipal Councilors.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU	Controladoria-Geral da união
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OP	Orçamento Participativo
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
RPP	Região de Participação Popular

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo geral	11
1.2.2	Objetivos específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	CONTROLE SOCIAL	14
2.1.1	Orçamento participativo	15
2.2	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	18
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	21
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	21
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	22
3.3.1	Instrumento de pesquisa	22
3.4	MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	22
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES	24
4.2	PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS QUANTO AO PAPEL DA CONTABILIDADE	25
5	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	33
	ANEXO A - QUESTIONÁRIO	37

1 INTRODUÇÃO

O orçamento público brasileiro é uma ferramenta utilizada pelo Governo Federal para planejar o uso de recursos, estimando as receitas e fixando as despesas. As informações contidas no mesmo permitem que, além dos governantes, a população também acompanhe as prioridades do governo para cada ano. Assim como a ciência contábil aplicada ao setor público desenvolveu-se em relevância e essencialidade, a dedicação por parte dos cidadãos em manter-se inteirados quanto ao planejamento e utilização dos recursos públicos aumentou.

A necessidade de controlar as finanças públicas e consolidar a administração financeira e contábil do país concebeu a criação de normas referentes a registros e demonstrações contábeis focadas em conceitos orçamentários, acometendo os aspectos patrimoniais (MCASP, 2018), criando uma cultura de comodidade na qual a população, em sua maioria, baseia-se em saldos positivos ou negativos das contas públicas para avaliar a gestão, sem buscar compreender a relação entre tais valores e suas causas.

Com a criação da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, posteriormente, a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, a exigência por um novo modelo de gestão, mais transparente, refletiu diretamente nos cidadãos, destacando a importância da participação popular no controle da administração pública, impulsionando o controle social (MARENGO; DIEHL, 2011).

Para firmar o compromisso de transparência do Estado com a sociedade, em 2004, foi lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, o Portal de Transparência do Governo Federal, o qual disponibiliza informações sobre a utilização do dinheiro público e tem como principal objetivo permitir que o cidadão atue como fiscal da aplicação de recursos públicos e, para isso, dedica-se a oferecer formas que facilitem o acompanhamento e compartilhamento dos dados disponíveis.

Figueiredo e Santos (2013) apontam que, para o exercício da democracia, informações parciais são insuficientes para garantir a completa absorção do conhecimento a ser transmitido, por isso, é preciso que as ações dos governantes possam ser investigadas e até mesmo criticadas pelo povo. Entretanto, para que isso seja possível, o cidadão deve ser capaz de entender a vinculação e aplicação dos recursos públicos, além de conhecer a estrutura das receitas e despesas (MARENGO; DIEHL, 2011).

Como cumprimento do artigo 67, inciso III, da LRF, que requer o acompanhamento e avaliação da gestão fiscal por representantes de todos os Poderes, inclusive de representantes da sociedade, é exigida a adoção de normas que garantam o controle social. Diante da existência de diversos instrumentos que garantem esse controle, o orçamento participativo permite que a população influencie ou decida sobre o orçamento público (PEIXOTO, 2017).

Pessoas mais conscientes da atuação de seus governadores tornam-se mais participativas e conscientes das políticas praticadas, logo, impulsionam o exercício da cidadania de forma mais satisfatória ao fiscalizar gastos públicos (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013). Posto isso, surgem questões como: será que as informações divulgadas pelos entes públicos estão sendo compreendidas pela população? Como esse entendimento compromete o exercício do controle social e, conseqüentemente, da democracia?

Desse modo, o tema deste trabalho busca identificar o nível de compreensão dos conselheiros municipais do orçamento participativo, acerca dos elementos contábeis contidos nas demonstrações contábeis do setor público.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual o nível de compreensão dos conselheiros municipais do Orçamento Participativo do município de João Pessoa, responsáveis pelas regiões de participação popular e representantes de uma parcela da sociedade, acerca dos elementos contábeis contidos no orçamento público?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar qual o nível de compreensão dos conselheiros municipais do Orçamento Participativo do município de João Pessoa, responsáveis pelas regiões de participação popular e representantes de uma parcela da sociedade, acerca dos elementos contábeis contidos no orçamento público.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Explicar o funcionamento do orçamento participativo como ferramenta de controle social no município de João Pessoa.
- b) Identificar o nível de compreensão acerca dos elementos contábeis e orçamentários dos conselheiros municipais por meio da aplicação do questionário.
- c) Investigar se o nível de compreensão dos conselheiros municipais acerca dos elementos contábeis assegura o acompanhamento das contas públicas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A dispensabilidade de divulgar informações acerca do patrimônio público não é algo condizente com a democracia praticada no Brasil devido a exigibilidade da LRF e da Lei nº 12.527/2011 para que haja responsabilidade na gestão fiscal e acesso à informação para qualquer pessoa. O amadurecimento da mentalidade populacional quanto a necessidade e o direito de obtê-las não apenas em quantidade, mas em qualidade adequada, fez surgir a precisão de que elas possam ser assimiladas, em sua totalidade, pelos usuários, em especial, a população.

Além disso, o acompanhamento da origem e aplicação dos recursos permite verificar se os interesses coletivos são atendidos e, por conseguinte, melhorar a qualidade dos serviços prestados, sendo a contabilidade, nesse cenário, indispensável para refletir a realidade do patrimônio público. Por isso, é substancial garantir que os demonstrativos contábeis sejam elaborados com responsabilidade e fidedignidade.

Mediante o exposto, justificando a importância deste trabalho, acredita-se que, a escolha dos conselheiros municipais como representantes de uma parcela da sociedade é capaz de assegurar a fidedignidade e utilidade da pesquisa, em virtude de sua ligação tanto com os moradores quanto com o ente público, diferenciando-se das pesquisas anteriores que abordavam apenas cidadãos médios, despreparados e desinteressados no exercício da cidadania.

Com os resultados que obtidos, espera-se que seja possível evidenciar a relevância do entendimento relativo aos elementos contábeis para o aperfeiçoamento

do controle social e, conseqüentemente, do exercício da cidadania, assim como realçar a importância da contabilidade pública para todos os usuários e para o desenvolvimento de uma sociedade consciente do patrimônio público, das ações dos gestores e da utilização dos recursos públicos para que possam, dessa forma, exigir que os mesmos sejam aplicados de forma conveniente as necessidades populacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em virtude da democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), é quase impraticável ocultar atos dos agentes públicos e, umas das razões para isso, é a *accountability* (TORMES, 2017), que, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), pode ser compreendida como “o conjunto de processos que visam selecionar, organizar e disponibilizar as informações de interesse das partes interessadas” para “promover transparência, responsabilidade e prestação de contas”.

A consolidação da cidadania ocorre em decorrência da aproximação da sociedade e seus representantes ocasionada pela prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Dessa forma, é dever dos gestores proporcionar a transparência e direito de a população ter acesso e acompanhar a administração pública, sendo esse, um meio de atestar a participação social (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013).

Desse modo, “a fiscalização [...] será exercida pelo poder legislativo municipal mediante controle externo, pelos sistemas de controle interno do executivo municipal, e pelo cidadão brasileiro mediante controle social” (MARENGO; DIEHL, 2011, p. 124), sustentando a interdependência existente entre *accountability* e controle social.

Diante disso, nesta seção apresentam-se o conceito de controle social, sua importância e seus instrumentos, sendo abordado com especificidade o orçamento participativo e, por fim, delimitando este estudo, a forma pela qual o mesmo é executado no município de João Pessoa.

2.1 CONTROLE SOCIAL

A administração pública passou por uma sequência de evoluções, em que, inicialmente, o cidadão não participava das decisões públicas, sendo visto apenas como financiador dos serviços e, posteriormente, como “cliente-usuário” desses. Com a nova gestão pública, a aplicação de um modelo gerencial alterou esse cenário, passando a considerar o cidadão como “titular da coisa pública”, tornando-o um dos principais agentes responsáveis por fiscalizar o Estado (ANDRADE NETO, 2018).

Para Turquetto e Fabrizio (2013, p. 33) “hoje, o orçamento é utilizado como instrumento de planejamento da ação governamental, possuindo um aspecto

dinâmico, ao contrário do orçamento tradicional, já superado, que possuía caráter eminentemente estático”, permitindo a incorporação da participação do povo e, como resultado, expandido o controle social.

O Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União define controle social como “a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados”, ou seja “pressupõe o exercício, pelos cidadãos, de formas de democracia direta” (RIBEIRO et al. 2008, p. 51).

Contudo, para Andrade (2017), as políticas do controle social que permitam a cobrança da aplicação de recursos por parte do povo, ainda são escassas, da mesma forma que a participação popular que, apesar de divulgada e exigida legalmente, é algo distante devido à falta de motivação das comunidades locais. Por isso, Marengo e Diehl (2011) afirmam que o controle social é pouco impulsionado e que, para que seja efetivo, o maior número possível de pessoas deve ser alcançado.

Não obstante a essas afirmações, é preciso reconhecer que, ainda que seja papel da administração pública fornecer meios de participação na elaboração do orçamento público (TURQUETTO; FABRIZIO, 2013), “o exercício efetivo do controle social depende muito mais de variáveis culturais ou comportamentais, [...] econômicas, sociais e, especialmente, educacionais” (RIBEIRO et al. 2008, p. 51).

Mediante o exposto, atenta ao contexto populacional, a Controladoria-Geral da União (CGU) criou o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, buscando “prover o cidadão de instrumentos para realizar o controle do uso dos recursos públicos” e utilizando “de diversas modalidades de ação para atingir e capacitar os cidadãos brasileiros no exercício do controle social”, inclusive com a oferta de cursos oferecidos a distância pela Escola Virtual da CGU.

No Brasil, as principais ferramentas de controle social são: os conselhos de Política Pública, observatório social, audiência pública, ouvidoria e orçamento participativo, sendo esse último grande responsável pelo incremento do poder da cidadania (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013).

2.1.1 Orçamento participativo

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão define o orçamento participativo como

um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade

De maneira mais simples, o Projeto do Orçamento Participativo¹ traz que “é um processo democrático no qual os membros da comunidade decidem como gastar parte de um orçamento público. Dá às pessoas poder real sobre dinheiro real”² (tradução do autor).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o OP surgiu, no Brasil, na década de 1980, em Porto Alegre (RS), e a partir dos anos 2000, cerca de 30% da população brasileira já havia sido abrangida por esse método de controle de recurso, pois mais de mil municípios o adotaram. Esse mecanismo governamental “foi considerado pela ONU-habitat como uma das 40 melhores experiências de gestão urbana no mundo e pouco tempo mais tarde passou a ser recomendada pelo Banco Mundial, [...] e está presente em mais de 2500 cidades no mundo” (OLIVEIRA O., 2017, p. 5).

A implantação do OP demonstra ser uma ferramenta eficaz de participação da sociedade, ainda que pequena se comparada com a quantidade de municípios brasileiros, o aumento do envolvimento da sociedade tem trazido resultados, principalmente relacionados com o orçamento de investimentos, repercutindo em saneamento e obras de infraestrutura (TURQUETTO; FABRIZIO, 2013).

Em termos legais, o Estatuto da Cidade, denominação oficial da Lei 10.257/01, traz que

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4o desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

¹ *The Participatory Budgeting Project (PBP)*, uma organização sem fins lucrativos que atua principalmente nos EUA e no Canadá.

² “*Is a democratic process in which community members decide how to spend part of a public budget. It gives people real power over real money*”.

Quanto ao seu funcionamento, não há um padrão a ser seguido, cada município poderá adaptar o OP a sua realidade e necessidade. Entretanto, alguns estágios podem ser comumente identificados na maioria, como a realização de assembleias locais, para relatar o que foi feito anteriormente, apresentação do ciclo anual e determinação do plano de investimento e reuniões locais entre delegados (ou articuladores) e as comunidades, nas quais haverá a deliberação dos projetos prioritários a serem executados (PEIXOTO, 2017).

A Figura 1 mostra como um ciclo pode funcionar, dividido em 9 etapas, iniciando com a avaliação do ciclo do anterior, que servirá como base para preparar a edição atual, passando pela definição da verba, que é definida anualmente, pela divulgação pública e coleta de propostas seguida pela avaliação técnica e viabilidade dessas, em que serão feitos ajustes para que possam ser aprovadas e submetidas à votação dos projetos, que serão incorporados ao plano de atividades e implementados para, por fim, serem avaliados.

Figura 1 – Ciclo do Orçamento Participativo



Fonte: Orçamento Participativo – União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão (2019)

Como uma ferramenta desenvolvida para a participação popular, as reuniões acontecem em lugares públicos, de livre acesso, em que estão presentes os delegados ou articuladores, que normalmente são funcionários públicos responsáveis por intermediar a comunicação entre os líderes comunitários (ou conselheiros) – eleitos pelo povo – e a prefeitura municipal.

2.2 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

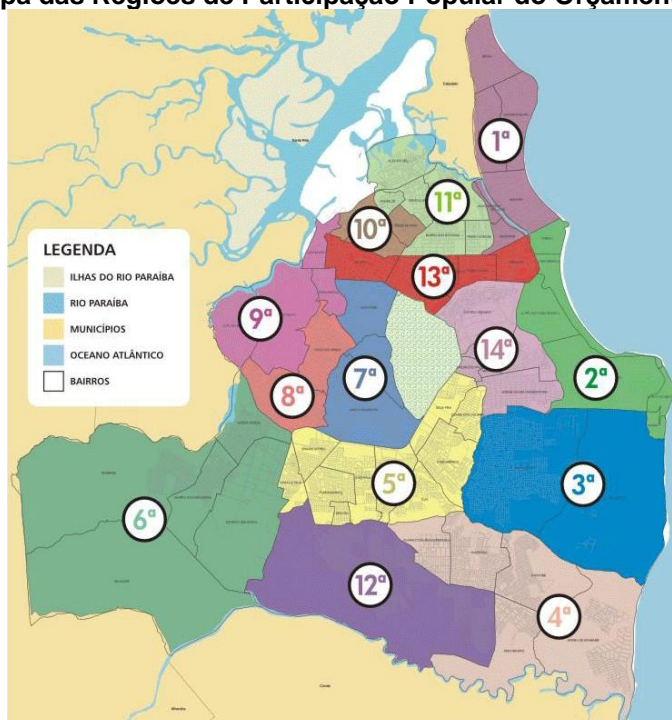
No município de João Pessoa, desde 2005 os cidadãos exercem sua participação social por meio de um instrumento de democracia participativa. Para garantir a *accountability* e o controle social, conforme exigido pela LRF, em março de 2013 o Orçamento Participativo foi transformado em lei e essa consolidação permitiu que outras Prefeituras utilizassem o modelo como referência, implementando em seus próprios municípios mecanismos de democracia participativa.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) defende que

o Orçamento Participativo empodera a sociedade e fortalece o poder local, fazendo o compartilhamento de poder entre gestão e população, que participa e fiscaliza as ações do governo, além de ajudar na elaboração e implementação das peças orçamentárias: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA).

Em João Pessoa, o Orçamento Participativo é uma Secretaria Executiva que realiza anualmente o Ciclo do OP, usualmente composto por cinco ou seis etapas e que percorre as Regiões de Participação Popular (RPP), as quais totalizam 14 regiões, conforme a Figura 2, e são compostas por bairros, comunidades, residenciais/conjuntos habitacionais e loteamentos.

Figura 2 – Mapa das Regiões de Participação Popular do Orçamento Participativo



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa (2019)

O Quadro 1 destaca as cinco etapas realizadas no ano de 2019, no qual houve a implementação do “OP Temático”, em que foram realizadas quatorze reuniões entre os meses de maio e julho, uma em cada RPP, para abordar os seguintes temas: desenvolvimento urbano, saúde, habitação e infraestrutura urbana. Nessas reuniões, a gestão municipal apresenta resultados e explica o processo de eleições das políticas públicas, além de ouvir a população e seu encaminhamentos (OLIVEIRA M., 2020).

A terceira etapa teve início em agosto e contou com um total de sete assembleias regionais, abrangendo duas regiões por vez, para eleger os conselheiros regionais e, posteriormente, os municipais.

Quadro 1 – Ciclo do OP de 2019

Etapas	Atividade	Período
1ª Etapa	OP Temático	Maio e junho
	Caravana de participação popular	Junho
2ª Etapa	Reuniões de participação popular	Junho a setembro
3ª Etapa	Assembleias regionais	Agosto e setembro
4ª Etapa	Assembleia geral	Outubro
	Caravana de participação popular	Novembro
5ª Etapa	Avaliação do ciclo de 2019	Novembro

Fonte: Clica no OP (2019)

Cada RPP pode ter vários conselheiros regionais, entretanto, para serem eleitos, os moradores interessados se dispõem à função e, para isso, eles devem comparecer primeiramente às reuniões realizadas nos bairros ou comunidades com um quórum mínimo de dez pessoas, para atestar sua representatividade. Após isso, o morador e o quórum devem participar da assembleia regional, na qual o mesmo assina a ficha de pré-candidato a conselheiro e, nessa plenária, os presentes (que representam toda a região) irão legitimá-los como conselheiros.

Tendo em vista que o OP preza pela representatividade, além da disposição dos moradores para ocupar o cargo de conselheiro, também será avaliado seu perfil para garantir que eles se enquadrem e possuam o caráter de representante do seu bairro, comunidade e, conseqüentemente, da região.

Em seguida, dentre os vários conselheiros regionais, por meio de uma eleição, com voto popular, serão eleitos dois representantes de cada região para a função de conselheiro municipal e de suplente, atendendo aos requisitos de serem maiores de idade, voluntários e moradores da região, e que farão parte do Conselho Municipal, o qual tem rotatividade bianual.

Em 2019, as eleições foram realizadas no mês de outubro e a homologação

ocorreu em novembro, com a realização de uma assembleia geral, na qual cerca de 260 conselheiros regionais foram diplomados, assim como os 14 conselheiros regionais e seus suplentes. O evento contou com a participação da população, dos articuladores, do secretário e toda a equipe da Secretaria do Orçamento Participativo.

Para intermediar a comunicação de forma mais direta entre a Secretaria e os conselheiros, a PMJP estabelece um grupo de articuladores, um para cada RPP, os quais são funcionários públicos e realizam a coleta das demandas e sugestões da comunidade, constituindo, junto com os conselheiros, a equipe que está em contato direto com o povo.

Entre as várias obras realizadas pelo OP, no município de João Pessoa, estão as “pavimentações, novas praças, iluminação em LED, recapeamento asfáltico. Todas elas geradas e discutidas com os conselheiros, lideranças e presidentes de associações pelo OP” (SILVEIRA, 2019). O ano de 2019 contou com a participação de mais de seis mil pessoas nas plenárias durante todo o ciclo e teve o maior número de conselheiros eleitos desde a implementação do orçamento participativo (SILVEIRA, 2019).

Mediante o exposto, o orçamento participativo contribui para o município de João Pessoa ao assegurar o estreitamento da relação entre a comunidade e o poder público, ao auxiliar a formação de conselheiros, ao democratizar o acesso à informação e combinar as demandas da comunidade com o planejamento da gestão pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia descreve os métodos que permitem a coleta e o processamento das informações para construir o conhecimento (PRODANOV; FREITAS, 2013), sendo o caminho para alcançar um determinado objetivo (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Desta forma, para satisfazer o propósito do estudo, apresenta-se nesse capítulo o conjunto de métodos que servirá como orientação para o planejamento da pesquisa e coleta de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Devido a necessidade de delinear a pesquisa, quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, a qual é definida por Prodanov e Freitas (2013, p. 52) como aquela que “observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los” visando apresentar situações, comportamentos ou fatos sobre a população e amostra analisada (BEUREN et al. 2013).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se qualifica como pesquisa de campo, conceituada por Praça (2015, p. 75) como “aquela baseada na coleta de fenômenos que ocorrem na realidade a ser pesquisada”, tendo seu interesse voltado para o estudo de indivíduos e comunidades.

Tencionando compreender com profundidade o tema estudado, por meio de interpretações das realidade sociais (BEUREN et al. 2013), quanto à abordagem do problema, a pesquisa se classifica como qualitativa, a qual oportuniza o estudo da experiência vivida pelas pessoas em ambientes sociais complexos (GIL, 2019).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Considerando o objetivo geral deste trabalho, posto que o mesmo tem como tema o controle social, a população selecionada para esse estudo foram os conselheiros municipais do orçamento participativo dos municípios, que são responsáveis pela coleta das demandas das comunidades. Dessa forma, a escolha da população justifica-se pelo art. 45 da Lei nº 10.257 de 2001, o qual determina que os gestores “incluam a participação da sociedade ou associações representativas dos

vários segmentos da comunidade” para garantir a gestão democrática da cidade, assim como o controle exercido pela sociedade.

A amostra utilizada foram 7 conselheiros municipais e 6 suplentes do orçamento participativo do município de João Pessoa, responsáveis por representar as regiões de participação popular (RPP), que totalizam 86 bairros e 143 comunidades.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

3.3.1 O instrumento de pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário de respostas fechadas, desenvolvido por Augustinho (2013) e adaptado para adequar-se ao presente estudo, aplicado física e anonimamente. As questões foram divididas entre tipos de múltipla escolha e escalonadas, com escalas nominal e ordinal, sendo a última baseada na escala Likert.

O questionário, que se encontra no Anexo A, possui 9 questões, sendo estas de fácil compreensão, com o intuito de garantir a compreensibilidade por parte dos respondentes e abordaram temas como: a informação contábil pública, sua divulgação e o entendimento acerca das demonstrações contábeis públicas por parte da população.

A aplicação do questionário foi realizada no dia 16 de janeiro de 2020, na Reunião Ordinária do Conselho Municipal e foram obtidas 13 respostas. Dentre essas, uma foi descartada devido a incompletude do questionário e, para análise, 12 respondentes foram considerados para as questões 1, 2, 3 e 4 e, para as demais, apenas 9 respondentes, em virtude das respostas incompletas obtidas nas questões 5, 6, 7, 8 e 9.

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da tabulação dos dados obtidos em planilhas, formando tabelas simples, com o intuito de obter a frequência da ocorrência e o levantamento percentual das respostas, podendo ser, eventualmente, expressas com gráficos.

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que existe um vínculo indissociável entre a subjetividade do sujeito e o mundo objetivo que não é possível ser traduzido em números, por isso, os focos principais da abordagem são o processo e seu significado, de modo que os pesquisadores tendem a fazer suas análises indutivamente (MATIAS-PEREIRA, 2019).

À vista disso, utilizando os dados obtidos e seus respectivos percentuais, foi realizada a interpretação da percepção dos conselheiros municipais de João Pessoa sobre a procura e o interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município e o conhecimento sobre a informação contábil pública e seus elementos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

O perfil dos respondentes permite explorar as características sociodemográficas dos conselheiros municipais e, para esse estudo, considerou-se importante conhecer o nível de escolaridade, a faixa etária o gênero e a ocupação. A Tabela 1 apresenta o nível de escolaridade dos respondentes.

Tabela 1 – Distribuição por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Frequência	%
Ensino Fundamental Incompleto	3	25,00
Ensino Fundamental Completo	3	25,00
Ensino Médio Incompleto	1	8,33
Ensino Médio Completo	2	16,67
Superior Incompleto	0	0,00
Superior Completo	2	16,67
Pós-Graduação	1	8,33
Total	12	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A Tabela 1 apresenta o grau de formação acadêmica dos conselheiros municipais, percebe-se que 58,33% dos respondentes não possuem a educação básica completa, a qual é compreendida pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, e fazem parte do percentual brasileiro de 52,6% referente a proporção de pessoas 25 anos de idade ou mais que não finalizaram, no mínimo, o ensino médio (IBGE, 2018).

Em contraste ao parágrafo anterior, somente 2 pessoas possuem o superior completo, totalizando 16,67%, sendo esse índice mais próximo do encontrado no país, que é de 16,5% (IBGE, 2018). Mediante o exposto, observa-se que há prevalência de um baixo grau de instrução dos conselheiros municipais. A Tabela 2 apresenta a faixa etária dos respondentes.

Tabela 2 – Distribuição por faixa etária

Faixa etária	Frequência	%
18 a 30 anos	0	0,00
31 a 40 anos	3	25,00
41 a 50 anos	6	50,00
51 a 60 anos	2	16,67
61 a 70 anos	1	8,33
71 anos ou mais	0	0,00
Total	12	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota: a soma das porcentagens difere do total devido a critérios de arredondamento.

Quanto à faixa etária, metade dos respondentes encontravam-se entre 41 e 50 anos, estando 25% entre 31 e 40 anos e, em menor frequência, apenas uma pessoa entre 61 e 70 anos, conforme constatado na Tabela 2. No tocante ao gênero, descrito na Tabela 3, a presença feminina foi predominante, com 75% de ocupação dos cargos de conselheiros municipais.

Tabela 3 – Distribuição por gênero

Gênero	Frequência	%
Feminino	9	75,00
Masculino	3	25,00
Outro	0	0,00
Total	12	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com o propósito de concluir o perfil dos respondentes, quanto à sua ocupação, constatou-se que, dos 12 respondentes, 8 possuíam outra ocupação, além da prática voluntária na Secretaria do Orçamento Participativo, e, entre eles, apenas 1 trabalha em órgão público.

4.2 PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS QUANTO AO PAPEL DA CONTABILIDADE

Para Rocha et al. (2013), uma das principais atividades que devem ser desenvolvidas pelos conselheiros, na fiscalização do orçamento público, é o acompanhamento da gestão financeira. Ao considerar os resultados obtidos na Tabela 4, verifica-se que 58,33% afirmam que sempre procuram informações sobre a utilização do dinheiro público.

Tabela 4 – Distribuição por frequência na procura de informações sobre a utilização do dinheiro público no município de João Pessoa

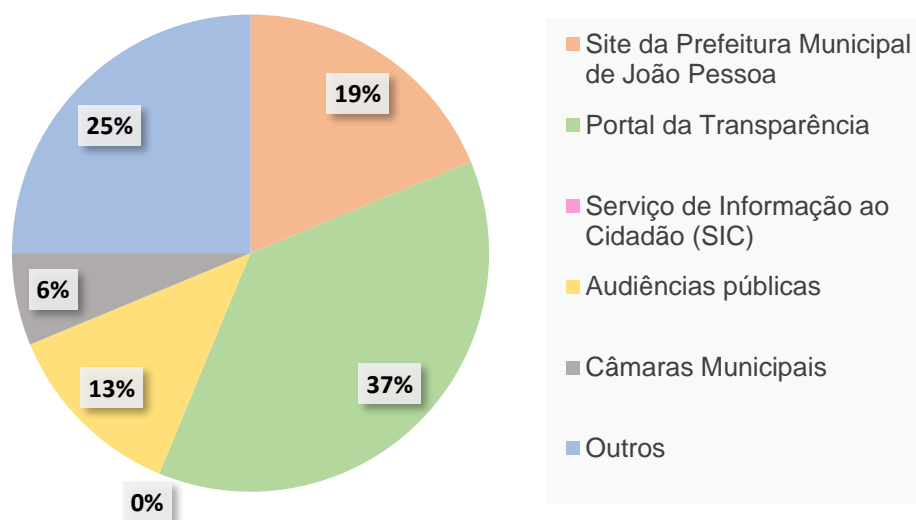
Frequência	Frequência	%
Sempre	7	58,33
Às vezes	1	8,33
Raramente	3	25,00
Nunca	1	8,33
Total	12	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os que buscam informação às vezes e raramente totalizam 33,33% e, pela frequência obtida, uma pessoa nunca o faz, demonstrando que a maior parte dos respondentes acompanham a gestão financeira do município.

Entre os meios de acesso utilizados para buscar essas informações nota-se que, de acordo com a figura 3, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) não recebeu nenhuma indicação, enquanto o Portal da Transparência obteve o maior número de respostas, seguido do Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Figura 3 – Meios de acesso consultados para acesso a informações sobre a prestação de contas do município de João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Diante das opções, o destaque da utilização de mecanismos online para acompanhar a prestação de contas pode ser justificado pelo crescimento do número de brasileiros que usam a internet, sendo esses 70% da população distribuídos entre todas as classes (LAVADO, 2019).

Quando perguntados sobre o interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município, 100% dos respondentes declaram ter grande interesse em fazê-lo, contradizendo a opinião de especialistas em transparência pública que afirmam que o desinteresse da população em exercer a fiscalização do poder público ainda é um grande problema (LIMA, 2019).

Explorando os dados encontrados, percebe-se que, dos 100% que expressaram grande interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município, aproximadamente 66,67% buscam essas informações com maior

regularidade, mantendo a concordância das respostas.

Os 33,33% que possuem grande interesse, porém não buscam as informações, podem ser explicados, segundo Agostinho (2013, p. 140), pela “falta de conhecimento dos respondentes quanto às formas de acesso às prestações de contas” e pelo “desconhecimento do conteúdo que pode ser extraído das informações contábeis públicas”.

Sobre o desconhecimento do conteúdo, 50% da amostra, como apresentado na Tabela 5, assume ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a informação contábil pública. Enfatizando que, ao tratar de recursos públicos, é imprescindível a compreensibilidade da prestação de contas para melhorar o controle externo da administração (COELHO et al. 2011).

Tabela 5 – Distribuição por grau de conhecimento sobre a informação contábil pública

Grau de conhecimento	Frequência	%
Alto conhecimento	2	16,67
Médio conhecimento	4	33,33
Pouco conhecimento	3	25,00
Nenhum conhecimento	3	25,00
Total	12	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com o propósito de atingir o objetivo de identificar o nível de compreensão acerca dos elementos contábeis, foram apresentados termos básicos da contabilidade pública para serem avaliados.

A escolha desses termos se justifica pelo emprego dos mesmos nos meios de comunicação em massa, por isso, espera-se que sejam assimilados pela população em geral, uma vez que demonstram objetivamente o comportamento do orçamento público, em situações de arrecadação (receita) e desembolso (despesa), e da gestão governamental acerca dos recursos públicos, no referente aos possíveis resultados (superávit e déficit) (AUGUSTINHO, 2013).

Desse modo, observa-se, pela Tabela 6, que há um impasse quanto ao grau de conhecimento sobre a despesa e o déficit orçamentário, pois 33,33% dos conselheiros afirmaram possuir alto conhecimento sobre os termos, enquanto a mesma quantidade declarou não possuir nenhum conhecimento.

Tabela 6 – Distribuição por grau de conhecimento sobre os termos contábeis

Itens	Grau de Conhecimento									
	Alto		Razoável		Pouco		Nenhum		Total	
	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%
Receita	4	44,44	3	33,33	1	11,11	1	11,11	9	100,00
Despesa	3	33,33	1	11,11	2	22,22	3	33,33	9	100,00
Superávit	3	33,33	1	11,11	3	33,33	2	22,22	9	100,00
Déficit	3	33,33	2	22,22	1	11,11	3	33,33	9	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota: a soma das porcentagens difere do total devido a critérios de arredondamento.

Sobre o conhecimento acerca do superávit orçamentário, 33,33% dos respondentes informaram que possuem alto conhecimento, enquanto a mesma porcentagem declarou ter pouco conhecimento. Quanto a receita orçamentária, a maioria, sendo 44,44% do total, alegou alto conhecimento e 33,33% razoável conhecimento sobre o termo, sendo a minoria os que possuem pouco ou nenhum conhecimento.

Tabela 7 – Distribuição por grau entendimento sobre os resultados obtidos por meio da informação contábil

Resultados	Bom		Ruim		Total	
	f.	%	f.	%	f.	%
Déficit	3	33,33	6	66,67	9	100,00
Superávit	6	66,67	3	33,33	9	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Quando questionados sobre o que os resultados representavam, 66,67% determinaram déficit como ruim e superávit como bom, conforme a Tabela 7. Assim, percebe-se que há uma caracterização de saldos negativos como indicadores de resultados ruins e saldos positivos como bons indicadores.

De maneira geral, os percentuais mostram o grau de conhecimento dos conselheiros municipais sobre a terminologia contábil pública, sendo satisfatório para os termos receita e déficit, em que mais da metade garante ter alto e razoável conhecimento, e inferior quanto aos termos despesa e superávit, onde 55,55% possuem pouco ou nenhum conhecimento.

Diante disso, o objetivo específico de identificar o nível de compreensão dos conselheiros municipais acerca dos elementos contábeis e orçamentários, foi atingido pelas observações contidas nas Tabelas 5, 6 e 7, o que permitiu constatar que há um conhecimento mediano por parte dos respondentes, insuficiente para interpretação das contas públicas em sua plenitude, porém, há um grande interesse de todos em conhecê-las.

Tabela 8 – Distribuição por grau de utilidade das informações obtidas por meio da contabilidade pública

Utilidade	Grau de Utilidade								
	Muito útil		Nem muito nem pouco útil		Pouco útil		Não é útil		Total
	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%	%
Acompanhar e conhecer os resultados financeiros da atuação do administrador público	8	88,88	1	11,11	0	0,00	0	0,00	100,00
Analisar as administrações entre diferentes governos e mandatos políticos	5	55,56	2	22,22	1	11,11	1	11,11	100,00
Ajudar na escolha de seus representantes junto ao governo	9	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	100,00
Acompanhar a captação e utilização dos recursos públicos	9	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	100,00
Verificar o cumprimento do que foi definido no orçamento público	9	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota: a soma das porcentagens difere do total devido a critérios de arredondamento.

Com relação as utilidades da informação contábil pública, expostas na Tabela 8, todas foram consideradas, pela maioria, como muito útil. Dentre elas, a análise das administrações entre diferentes governos e mandatos políticos gerou maior diversidade nas respostas, com 22,22% considerando pouco ou não útil e a mesma porcentagem julgando nem muito nem pouco útil.

Tais utilidades da informação contábil pública podem ser diretamente relacionadas ao exercício do controle social por parte dos conselheiros, pois são essas ações que permitem o acompanhamento e a fiscalização dos órgãos públicos. Desse modo, percebe-se que, a utilização da informação contábil é considerada muito útil para o controle social, entretanto, o conhecimento mediano acerca das mesmas, pode ocasionar um desfalque nesse controle.

Tabela 9 – Distribuição por grau de interesse no conteúdo das informações contábeis públicas

Utilidade	Grau de Interesse								
	Alto		Médio		Baixo		Nenhum		Total
	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%	%
Área de aplicação dos recursos públicos	8	88,89	1	11,11	0	0,00	0	0,00	100,00
Patrimônio dos Estados, Municípios e da União	7	77,78	2	22,22	0	0,00	0	0,00	100,00
Condições financeiras das entidades públicas	6	66,67	2	22,22	1	11,11	0	0,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que se refere ao interesse dos respondentes no conteúdo das informações

contábeis públicas, a Tabela 9 mostra que os maiores interesses estão nas áreas de aplicação dos recursos públicos e no patrimônio dos Estados, Municípios e da União, com alto e médio interesse totalizando 100%, enquanto o interesse nas condições financeiras das entidades públicas está dividido em alto (66,67%), médio (22,22%) e baixo (11,11%).

Posto isso, o objetivo específico de investigar se o nível de compreensão dos conselheiros municipais acerca dos elementos contábeis assegura o acompanhamento das contas públicas, pode ser concluído pelas informações contidas nas Tabelas 4, 5, 8 e 9.

Infere-se que há um grande interesse por parte dos conselheiros sobre a utilização do dinheiro público, assim como no conteúdo da prestação de contas do município. Além disso, a maior parte deles considera de muita utilidade a informação contábil pública para realizar ações de acompanhamento, fiscalização e controle dos entes públicos, apesar de possuírem conhecimento mediano sobre a contabilidade pública.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se neste trabalho verificar o nível de compreensão dos conselheiros municipais acerca dos elementos contábeis contidos no orçamento público, de modo a investigar se esse conhecimento assegura o acompanhamento das contas públicas e garante o exercício do controle social por meio do orçamento participativo do município de João Pessoa.

Os resultados indicaram que a maioria dos conselheiros municipais buscam a informações sobre a utilização do dinheiro público com grande frequência e todos possuem interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município, entretanto, metade dos respondentes afirma ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a informação contábil pública e, por consequência, tal falta de conhecimento afeta a compreensão do conteúdo, desde que o mesmo é gerado pela contabilidade pública.

Uma vez que o pouco conhecimento dos respondentes sobre a informação contábil pública prejudica a interpretação da informação prestada pelos entes públicos, ao considerarem, em sua maioria, de muita utilidade a utilização da informação gerada pela contabilidade pública para a execução das ações que possibilitam o controle social, constata-se que o mesmo não assegura o acompanhamento das contas públicas de forma íntegra por causa da inaptidão dos conselheiros em interpretá-las corretamente.

Contudo, as informações obtidas mostraram que, o Orçamento Participativo tem se desenvolvido de maneira positiva, permitindo que a população seja atendida e participe diretamente do planejamento e execução do orçamento público, fiscalizando os entes públicos e exercendo o controle social. Desse modo, esse estudo contribuiu para colocar em discussão a importância da compreensão dos elementos contábeis básicos por parte dos conselheiros municipais e da população, visto que a contabilidade está intrinsecamente relacionada a área pública.

Tal discussão faz-se relevante ao se considerar que os conselheiros são responsáveis no cenário social e político por, além da representatividade, realizar o controle e a fiscalização, os quais exigem que os mesmos sejam capacitados para compreender as informações e o cenário no qual estão inseridas as contas públicas, possibilitando uma interação eficaz entre o poder público e a sociedade.

Ao tornar o nível de compreensão dos conselheiros municipais foco da

pesquisa, foi possível ressaltar a imprescindibilidade da construção do conhecimento da sociedade sobre os fundamentos que regem o processo de prestação de contas, permitindo, dessa maneira, a apropriação da informação pública pela mesma.

O presente estudo teve como principal limitação a dificuldade de entendimento dos respondentes nas questões 5 a 9 do questionário aplicado, ocasionando uma diferença na totalidade utilizada para obter as porcentagens.

Para estudos futuros, sugere-se identificar quais motivos ocasionam o pouco conhecimento dos conselheiros municipais acerca da informação contábil pública, visto que há interesse dos mesmos em conhecer o conteúdo da prestação de contas e investigar de que maneira o conhecimento dos conselheiros municipais acerca dos elementos contábeis pode ser aperfeiçoado para que, assim, o controle social possa ser praticado de forma absoluta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

AUGUSTINHO, S. M. **A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de controle social para a “governança” do Estado**: Um estudo sobre a compreensão da evidenciação das demonstrações contábeis públicas pelos líderes comunitários da cidade de Curitiba no ano de 2013. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/726>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BEUREN, I. M. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Lei n.º 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **O que é orçamento participativo?** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Portal de Transparência. **Controle Social**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603399-controle-social>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Clica no OP**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2019/03/clicanoOP2019.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Orçamento Participativo**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/op/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 2018**. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Mecanismo de Accountability**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/mecanismos-de-governanca/mecanismo-de-accountability.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019.

Coelho, M. C *et al.* A Informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 3, p. 163-184, 2011.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na Administração Pública. **Revista Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6327>. Acesso em: 2 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuos: educação 2018**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>. Acesso em: 07 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

LAVADO, Thiago. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. **G1**, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 07 fev. 2020.

LIMA, Letícia. Desinteresse social prejudica transparência pública, dizem especialistas. **Diário do Nordeste**, 05 mar. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/controle-social-o-que-voce-tem-a-ver>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MARENGO, S. T.; DIEHL, C. A. A possibilidade do controle social mediante o acesso a informações em sites dos municípios gaúchos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 3, p. 120-133, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ANDRADE NETO, Eduardo Belém de Andrade. Controle Social: O que você tem a ver com isso?. **Politize!**, 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/controle-social-o-que-voce-tem-a-ver/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

OLIVEIRA, Max. **PMJP lança ciclo 2020 do Orçamento Participativo na próxima segunda-feira**. [S. I.], 17 jan. 2020. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-lanca-ciclo-2020-do-orcamento-participativo-na-proxima-segunda-feira/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

OLIVEIRA, O. P. Promovendo conexões transnacionais: As redes e a difusão do orçamento participativo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 2, n. 1, p. 4-35, 2017.

PARTICIPATORY BUDGETING PROJECT. Disponível em: <https://www.participatorybudgeting.org/what-is-pb/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PEIXOTO, Alice Emmanuele Teixeira. **Orçamento Participativo**: Como funciona e como participar. [S. I.], 1 fev. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Diálogos Acadêmicos**, v. 8, n. 1, p. 72-87, jan-jul, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

RIBEIRO FILHO, J. F. *et al.* Controle interno, controle externo e controle social: análise comparativa da percepção dos profissionais de controle interno de entidades das três esferas da Administração Pública. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 48-63, 2008.

ROCHA, E. N. *et al.* **O papel do conselheiro municipal na fiscalização do orçamento público**. [S.I.] 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2013.v37n96/104-111/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

SILVEIRA, Felipe. Orçamento Participativo diploma conselheiros eleitos no ciclo 2019 e reforça canal de diálogo da PMJP com a população. **Prefeitura Municipal de João Pessoa**, 2019. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/orcamento-participativo-diploma-conselheiros-eleitos-no-ciclo-2019-e-reforca-canal-de-dialogo->

da-pmjp-com-a-populacao/. Acesso em: 27 jan. 2020.

TORMES, Diego. **Você já ouviu falar em accountability?**. [S. l.], 16 maio 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/accountability-o-que-significa/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

TURQUETTO, C.; FABRIZIO C. M. A participação da sociedade na elaboração do orçamento público municipal. **Revista de Administração**, v. 11, n. 20, 2013. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/958>. Acesso em: 19 jun. 2019.

ANEXO A – Questionário

Dados do respondente

Nível de Escolaridade:

- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Ensino Superior Completo
- ☐ Pós-Graduação

Idade:

- ☐ entre 18 a 30 anos
- ☐ entre 31 a 40 anos
- ☐ entre 41 a 50 anos
- ☐ entre 51 a 60 anos
- ☐ entre 61 a 70 anos
- ☐ 71 anos ou mais

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro

Além de Conselheiro Municipal possui outra ocupação? ☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, qual o tipo de organização? ☐ Pública ☐ Privada

01. Como conselheiro municipal do orçamento participativo e representante da população do município de João Pessoa, com que frequência você procura informações sobre a utilização do dinheiro público no município de João pessoa?

- ☐ Sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente

() Nunca (vá para a pergunta 03)

02. Quais meios de acesso você utiliza para procurar informações sobre a prestação de contas do município de João pessoa?

() Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa

() Portal da Transparência

() Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

() Audiências públicas

() Câmaras Municipais

() Outros

03. Qual seu interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município de João pessoa?

() Grande interesse

() Médio interesse

() Pouco interesse

() Nenhum interesse

04. Qual seu conhecimento sobre a informação contábil pública do município de João pessoa?

() Alto conhecimento

() Médio conhecimento

() Pouco conhecimento

() Nenhum conhecimento

05. No quadro abaixo, marque com um X a alternativa que melhor representa seu nível de conhecimento sobre alguns itens contidos na informação contábil pública:

Itens	Alto conhecimento	Razoável conhecimento	Pouco conhecimento	Nenhum conhecimento
-------	-------------------	-----------------------	--------------------	---------------------

Receita Orçamentária				
Despesa Orçamentária				
Superávit Orçamentário				
Déficit Orçamentário				

06. Utilizando seu entendimento sobre os resultados abaixo que são obtidos por meio da informação contábil pública, marque com um X o que, na sua opinião, eles representam:

Resultado	Bom	Ruim
Déficit (falta de recurso)		
Superávit (sobra de recurso)		
Mais receitas de capital do que despesas de capital		

07. Na sua opinião, qual o grau de utilidade das informações obtidas por meio da contabilidade pública? Marque com um X a sua resposta.

Utilizar informação para:	Muito útil	Nem muito nem pouco útil	Pouco útil	Não é útil
Acompanhar e conhecer os resultados financeiros da atuação do administrador público.				
Analisar as administrações entre diferentes governos e mandatos políticos.				
Ajudar na escolha de seus representantes junto ao governo.				

Acompanhar a captação e utilização dos recursos públicos.				
Verificar o cumprimento do que foi definido no orçamento público.				

08. Sabendo que o administrador deve planejar suas ações de forma transparente e deve controlar os gastos públicos, qual seria o seu interesse no conteúdo das informações contábeis públicas? Marque com um X a sua resposta.

Conteúdo	Alto grau de interesse	Médio grau de interesse	Baixo grau de interesse	Nenhum interesse
Área de aplicação dos recursos públicos.				
Patrimônio dos Estados, dos Municípios e da União.				
Condições financeiras das entidades públicas.				

09. Sob o seu ponto de vista, que tipos de medidas poderiam ser utilizadas na apresentação para melhorar seu entendimento sobre as informações contábeis públicas?

Coloque os números 1, 2, 3, 4, 5, e 6 conforme sua ordem de preferência, sendo 1 a preferência maior e 6 a preferência menor:

- () Utilização de linguagem acessível.
- () Utilização de gráficos.
- () Demonstrativo contábil resumido.
- () Utilização de tabelas.
- () Criação de uma cartilha com explicações.
- () Vincular as informações com eventos relacionados ao cotidiano das pessoas.